



O ATUAL CONFLITO NO SUDÃO DO SUL

Ligia Maria Caldeira Leite de Campos¹

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Com a independência do Sudão, ocorrida em 1956, vieram as guerras civis. A primeira delas se deu entre 1955 e 1972, tendo como origem o embate entre as elites do Norte e do Sul. O Norte buscava a “islamização” do Sul, que resistia firmemente.² Além disso, havia o fato de o Norte ter ficado com mais poder e o Sul se sentir negligenciado e excluído, a percepção da falta de direitos e a luta por uma maior autonomia regional.³ O Sul adotou uma retórica “anti-imperialismo”, pregando que o Norte seria uma extensão da colonização.⁴ Contudo, não havia uma força rebelde conjunta, apenas pequenas facções dispersas.⁵ Os confrontos entre o governo do Norte e o Sul rebelde resultaram na morte de 500 mil pessoas até se chegar ao cessar-fogo nomeado de Paz de Addis Ababa⁶ que previu certa autonomia para o Sul, composto das províncias de Equatoria, Bahr al Ghazal e Upper Nile, com o uso do inglês e a presença de um presidente regional (sob ordens do Presidente nacional).⁷

Em 1983, com a ruptura da Paz de Addis Ababa, instalou-se o conflito entre o governo do Sudão e o Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA, em inglês), tendo como base questões religiosas, de poder e recursos.⁸ Além disso, havia a tentativa de se impor a Sharia (lei islâmica) no Sul do país⁹ e em redefinir as fronteiras do Sul autônomo para incluir locais onde foi descoberto petróleo.¹⁰ Nesse contexto, a autonomia do Sul foi dissolvida.¹¹

Junto com sua vertente política, Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM), o SPLA apresentou um manifesto em julho de 1983, pautado na religião e na nacionalidade com a finalidade de unificar os movimentos guerrilheiros do sul do Sudão¹² e libertar a população do sul da opressão vinda de Cartum, capital sudanesa.¹³ Nesse contexto, foi iniciada a segunda guerra civil que perdurou até 2005.¹⁴

Em 1985, foi instaurado no Sudão, por meio de um golpe de Estado, um regime militar fundamentalis-

ta-islâmico que levou ao poder Hassan-al-Turabi e depois Omar Hassan al-Bashir, que ainda permanece como Presidente do país. O governo de Bashir realizou ações para uniformizar as culturas e religiões heterogêneas do Sudão, explorar regiões e povos marginalizados para enriquecimento próprio, além de manter o Sul isolado.¹⁵

O SPLA aumentou o recrutamento, incluindo crianças, e realizou ataques contra civis, compondo o momento mais violento da guerra, deixando mais de 6,1 milhões de deslocados internos e 550.000 refugiados.¹⁶ O SPLA chegou a ter entre 50.000 e 60.000 membros em 1991.¹⁷

Como seu líder, John Garang, atuava de forma muito autocrática e intolerante, surgiu uma facção dissidente, composta pelos *Nuers*¹⁸, liderada por Riek Machar, que apoiava a secessão do país.¹⁹ Essa facção foi chamada de SPLM em oposição (SPLM-IO/SPLM *in opposition*, em inglês) e recebeu apoio do governo do Sudão para se colocar contra Garang.²⁰ Conse-



Divisão Administrativa do Sudão do Sul

quentemente, Garang favoreceu os *Dinkas*²¹ para o recebimento de ajuda humanitária e a ocupação de postos de liderança, o que marcou a rivalidade entre essas etnias e resultou na grande presença *Dinka* na elite do Sudão do Sul nos dias de hoje.²²

O governo reprimiu o SPLA, que buscou auxílio nos países fronteiriços para se fortalecer. Com o conflito, grande parte do país foi devastada, prejudicando o desenvolvimento e a exploração dos recursos naturais.²³ Junto à violência, somaram-se a fome e a seca. Estima-se que 1,5 milhões de pessoas tenham morrido durante a segunda guerra civil.²⁴

Devido ao isolamento internacional, o governo sudanês promulgou uma nova Constituição e iniciou conversas com os grupos rebeldes em 2000.²⁵ Chegou-se então ao Amplo Acordo de Paz (*Comprehensive Peace Agreement*, CPA, em inglês) que dispôs sobre cessar-fogo imediato; formação de um novo Governo de Unidade Nacional e um governo interino no Sudão do Sul; repartição de riquezas, poder e arranjos de

segurança; um período de transição iniciado em 2005 que deveria durar seis anos; e a previsão de um referendo pelo qual o Sul poderia decidir pela independência.²⁶ O CPA foi visto como um acordo entre as principais partes em combate, o SPLA e as Forças Armadas do Sudão (SAF, em inglês).²⁷

O referendo realizado em janeiro de 2011 resultou na independência do Sudão do Sul em 9 de julho do mesmo ano, sendo Juba a capital do novo país. Os desafios que nasceram com Sudão do Sul incluíram: extrema pobreza; dificuldade de controle do novo governo sobre o território; problemas na infraestrutura e na demarcação de fronteiras; um dos piores indicadores sociais do mundo; pouco saneamento básico e saúde; deficiente infraestrutura de transporte, comunicações e energia, entre outros. Destacam-se também problemas de segurança pública e a disputa por petróleo que acabou incluindo tanto atores internos quanto externos.²⁸

O CONFLITO ATUAL

Com o surgimento do Sudão do Sul,

a própria Organização das Nações Unidas (ONU) salientou que a situação do novo país constituía uma ameaça a paz e segurança internacionais.²⁹ Em 2013, uma disputa por poder dentro SPLM resultou numa luta dentro do Exército, em razão de questões não resolvidas na divisão do SPLA nos anos 1990 e da falta de integração de facções opositoras no Exército após a adesão ao CPA. Este previa que Garang continuaria a ser o líder do SPLM/A e do Governo do Sudão do Sul (GOSS, em inglês), além de Vice-Presidente no sistema de *power sharing*³⁰ estabelecido com o governo de Cartum no período de transição do CPA. Contudo, Garang morreu em julho de 2005 e duas pessoas acabaram por assumir o poder de maneira inesperada: Salva Kiir Mayardit, que se tornou presidente do partido e tomou as posições previstas para seu antecessor, e Riek Machar, que antes ocupava o terceiro cargo mais importante no SPLM/A e que assumiu o cargo de Vice-Presidente do GOSS. Kiir teve consideráveis atritos com Garang e Machar já havia rompido com ele, mas, em 2002, optou por se reconciliar no momento em que as negociações começaram em Cartum.³¹

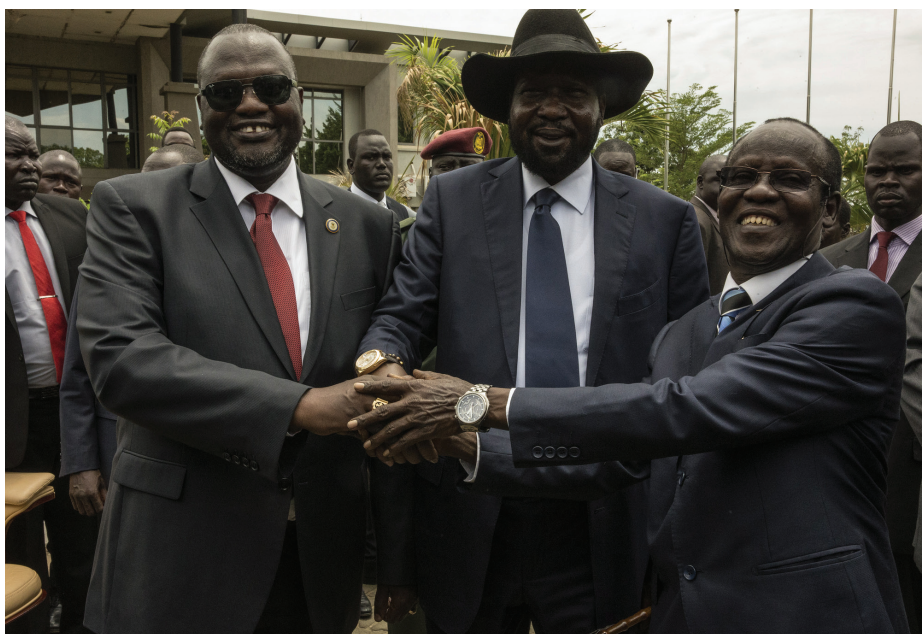
Kiir assumiu o poder e teve problemas para estruturar um governo. Decidiu se aliar às milícias *Nuers* apoiadas pelo governo de Cartum, integrando-as ao SPLA a partir de várias ofertas de promoções e salários. Todavia, apesar de um bom resultado inicial, não houve a completa integração dos antigos milicianos, que mudaram lealdades, tendo surgido pequenas rebeliões que foram controladas. Os ideais do SPLM/A mudaram muito do que havia sido elaborado por Garang. As inquietações dentro do partido foram contidas para indicar uma unidade na luta pela independência, porém, quando esta foi conquistada, elas se tornaram

visíveis.³² Kiir também não conseguiu democratizar o SPLM, nem separar as questões políticas das militares.³³

O CPA falhou em lidar com a falta de transparência sobre questões econômicas, violações dos direitos humanos e exclusão política. As tensões existentes pioraram principalmente quando Kiir tentou emendar a Constituição de transição para comandar todo o processo político.³⁴ Soma-se a isso o fato de a corrupção tanto no partido quanto no governo, o baixo desenvolvimento e a insegurança em alguns pontos do país terem sido trazidos à tona em 2012-2013. Altos membros do governo descontentes com o cenário que se apresentava, apoiavam, em diferentes níveis, as reformas que Machar propunha.³⁵

As relações entre Kiir e Machar pioraram, fazendo com que o Presidente se sentisse isolado. Com isso, em 2013, Kiir retirou os poderes de Machar, o demitiu de sua posição, removeu seus críticos das posições de poder e integrou no novo gabinete membros que não eram do partido. Essas ações resultaram no aumento da impopularidade do Presidente e impulsionaram a formação de uma nova coalizão de oposição dentro do próprio SPLM, tendo como seu líder o ex-Vice Presidente, composta mais por insatisfeitos com Kiir do que por reais apoiadores de Machar, incluindo diversos grupos étnicos (*Nuer*, *Dinka*, *Shilluk* e *Equatorianos*).³⁶

O real estopim do conflito de dezembro de 2013 é alvo de discussões. As críticas ao governo de Kiir estavam relacionadas com sua ligação com Cartum, isolamento dos maiores apoiadores de Garang e participantes do movimento de libertação, autoritarismo, ineficaz combate à corrupção e suas políticas. No dia 15 daquele mesmo mês, Kiir instituiu o



Governo Transitório da Unidade Nacional (da esq. para dir. Riek Machar, Salva Kiir e James Wani Igga)

desarmamento da guarda nacional, formada por veteranos do SPLA e *Nuers* milicianos recém integrados, causando embates entre soldados *Nuers* e *Dinkas*³⁷ que se alastraram. No dia seguinte, o Presidente proferiu um discurso em que falava de uma tentativa falha de golpe de Estado. Posteriormente, as forças de segurança foram enviadas para diversos bairros, tendo como alvo a população *Nuer*, prendendo políticos opositores. Conseqüentemente, Machar pediu para que o Exército derrubasse Kiir e grupos armados de civis *Nuers* se juntaram a ele. O conflito afetou principalmente as províncias de Upper Nile, Jonglei e Unity e, devido à grande pressão internacional, foram assinadas duas cessações de hostilidades em Addis Ababa, ambas violadas.³⁸

Em 2014, passaram a ser relatadas violações de direitos humanos feitas por ambas as partes, dentre elas detenção forçada, assassinato, tortura e estupro.³⁹

Em setembro de 2015, foi ratificado um acordo de paz entre as partes, instalando um período de transição

até as eleições de 2018.⁴⁰ O acordo objetivou consertar as falhas do Estado e do CPA (especialmente a respeito da inclusão política e da falta de transparência na gestão do petróleo), além de renovar a confiança da população para com seus líderes e o sistema político.⁴¹ Contudo, as acusações de violações do acordo se tornaram constantes.⁴²

Em outubro de 2015, foi instituída uma missão da ONU para investigar as violações aos direitos humanos no Sudão do Sul realizadas pelas duas partes em conflito.⁴³

Em fevereiro de 2016, sob pressão, Kiir chamou Machar de volta para o posto de Vice-Presidente. Entretanto, isso não reintegrou as partes. Em julho de 2016, um surto de violência de quatro dias foi desencadeado na capital, deixando cerca de 300 mortos. Surgiu então o medo de uma nova guerra civil.⁴⁴

A SITUAÇÃO DO SUDÃO DO SUL A PARTIR DE JULHO DE 2016

Em julho de 2016, tropas fiéis a Ma-

char e Kiir lutaram e deixaram centenas de mortos na capital do país. O Presidente ordenou um cessar-fogo e o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, pediu um novo embargo de armas ao país. A violência chegou inclusive a atingir as bases da Missão de Paz das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS, em inglês).⁴⁵

Machar se exilou na República Democrática do Congo (RDC) e Kiir pediu seu retorno para tentar salvar o cessar-fogo. Em seguida, substituiu o Vice-Presidente. A situação acabou fazendo com que a União Africana (UA) autorizasse o envio de tropas regionais para se juntarem aos 12.000 *peacekeepers*⁴⁶ já presentes no país, sendo que elas teriam um mandato mais forte para impor a paz, mesmo com o governo sul-sudanês sendo contra esse envio.⁴⁷ O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou o envio da força de proteção de 4 mil militares⁴⁸, exigiu que Kiir parasse de atrapalhar as ações dos *peacekeepers* e ameaçou um embargo de armas.⁴⁹ No entanto, somente em novembro o Presidente aceitou de fato, sem quaisquer condições, a vinda dessa força.⁵⁰

Em setembro, Machar e opositores comunicaram que suas forças iriam se reorganizar para realizar uma resistência popular armada contra Kiir e seu governo,⁵¹ pedindo que suas demandas fossem atendidas para reviver o acordo de paz.⁵²

Por um lado, Machar apresentou sua proposta de retorno ao país para assim retomar o processo de paz, afirmando que caso não fosse reinserido na política, o risco de genocídio no Sudão do Sul seria alto, além de destacar as ações do governo de Kiir contra os *Nuers* e outras tribos. Por outro, o governo só aceitaria seu retorno como civil sem participação política e negou mortes por questões étnicas.⁵³ A ONU então passou a atentar para os incitamentos à violência e os discursos de ódio contra grupos étnicos no país.⁵⁴ A Organização apontou que estaria ocorrendo uma limpeza étnica, próxima a um genocídio, contrapondo o argumento das partes que defenderam que as mortes só ocorriam dentre os rebeldes e o governo.⁵⁵

A UNMISS foi muito criticada por não conseguir lidar com a situação

no que diz respeito à proteção de civis.⁵⁶ Um inquérito apontou que de fato os *peacekeepers* não conseguiram dar a resposta necessária tanto em um ataque em um hotel em Juba como nos confrontos entre as partes rivais. Isso levou à decisão de Ban Ki-moon de afastar o comandante queniano da Missão,⁵⁷ o que fez com que o Quênia iniciasse a retirada de suas tropas do país.⁵⁸ Entretanto, em fevereiro de 2017, o Quênia aceitou ingressar na força regional comandada pela ONU no Sudão do Sul.⁵⁹

Os relatos de sequestros, assaltos e violência sexual no país foram crescentes.⁶⁰ A Comissão para Direitos Humanos no Sudão do Sul chegou a apontar a situação como “à beira de uma catástrofe”.⁶¹

Em fevereiro de 2017, um General sul sudanês pediu demissão relatando favoritismo étnico dentro do Exército, o terror aos oponentes e abusos das forças de segurança contra civis, incluindo mortes e estupros⁶², desencadeando a demissão de outros oficiais que apontaram que soldados, principalmente *Dinkas*, estavam cometendo crimes sem qualquer sinal de punição.⁶³ Em março, o General anunciou a criação de um novo grupo⁶⁴ contra o governo do Sudão do Sul, a *Frente de Salvação Nacional* (NSF, em inglês), para tentar normalizar a situação do país.⁶⁵

Em abril de 2017, confrontos entre as partes continuaram a ocorrer e civis a serem atingidos, especialmente na cidade de Pajok.⁶⁶

Em virtude desse cenário, a ONU classificou o Sudão do Sul como um dos quatro países (além do Iêmen, Síria, Iraque) de “Nível 3” (o maior nível) em emergência humanitária no mundo, sendo o único da África. Somam-se 2,5 milhões de pessoas



J.C. Melville/UN Photo

Treinamento da UNMISS de Controle de Distúrbios em Juba



Trabalho da UNMISS com o Warrap State Hospital

que tiveram que deixar suas casas, sendo 1,6 milhão de deslocados internos e 830.000 refugiados.⁶⁷

OS ATORES EXTERNOS NO CONFLITO DO SUDÃO DO SUL

É importante destacar a relação dos países vizinhos com o Sudão do Sul. Ademais, alguns grupos étnicos não estão restritos a este país, estando presentes naqueles Estados que fazem fronteira com ele.⁶⁸

A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, em inglês)⁶⁹ tem feito a mediação entre as partes do conflito.⁷⁰

Dentre os mediadores está Uganda que não aprova Machar, mas também não está satisfeita com as atitudes de Kiir no que se refere à sua relação com o Sudão e pela falta de ação em busca da paz. O país havia enviado tropas para auxiliar Kiir, sendo seu maior aliado. Uganda é quem mais influencia nas decisões dos governantes no país, mas tem falhado como mediadora. Ela tem interesses econômicos e políticos com suas ações militares no vizinho.⁷¹

Não se pode deixar de falar do grupo ugandense *Lord's Resistance Army* (LRA) que realiza ataques tanto dentro de Uganda quanto no Sudão do Sul, em razão da fronteira entre os dois países. O LRA não possui laços amigáveis em território sul sudanês, somente talvez com o ex-Vice-Presidente.⁷²

A Etiópia age de modo equilibrado, mas é visível sua importância na mediação no Sudão do Sul. Além disso, em sua fronteira, vivem os *Nuers*

etíopes que entraram na guerra deste país.⁷³ A Etiópia teve forte relação de apoio ao SPLA, ao menos quando o Sul ainda era parte do Sudão.⁷⁴

O Quênia visa manter a estabilidade com um crescente perfil diplomático para atingir os interesses econômicos na região. O país recebe muitos refugiados do Sudão do Sul, que também se dirigem à República Centro-Africana, RDC, Etiópia, Uganda e Sudão.⁷⁵

Em fevereiro de 2017, o Egito foi acusado de bombardear os rebeldes sul sudaneses, ameaçando uma guerra regional. O país negou, afirmando que não interfere em questões internas dos demais países.⁷⁶

Os Estados Unidos e a União Europeia continuam a apoiar sanções contra os líderes no conflito.⁷⁷ Em julho de 2016, a China afirmou que enviaria tropas para ajudar na resolução da crise política.⁷⁸ Já o Japão divulgou que deixaria de participar na UNMISS.⁷⁹ Foi anunciado que outros 100 soldados britânicos seriam enviados para além dos 300 já presentes na Missão de paz, como forma de tentar reduzir a migração africana



Unidade Marítima de Bangladesh da UNMISS em operação ribeirinha

para a Europa, segundo o Secretário de Defesa britânico.⁸⁰

A ONU iniciou a UNMISS em 9 de julho de 2011 com a Resolução do CSNU nº 1996, substituindo a antiga Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS). Seu componente inicial era de 7.000 militares, 900 policiais e civis, mas tinha como objetivo futuro baixar o número de militares para 6.000. A Resolução ressaltou fatores como uma abordagem abrangente e integrada a respeito da consolidação da paz, ligando atividades de segurança, desenvolvimento, estado de direito, direitos humanos e política, adicionando questões relativas às causas do conflito, destacando a ligação entre desenvolvimento e segurança como sendo essencial para a paz sustentável, e lembrou a importância das ações de *peacebuilding*.⁸¹ Dessa forma, a missão visava consolidar a paz e a segurança, além de criar condições para o desenvolvimento do país por meio da capacitação do governo para atuar efetivamente e democraticamente, além de criar boas relações com os países vizinhos.⁸²

Com a piora da situação em 2013, a partir da Resolução 2132 do CSNU, com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, a Missão foi ampliada, focando na entrega de assistência humanitária e na proteção de civis.⁸³ O Secretário-Geral da ONU, em março de 2014, recomendou que a Missão deveria enfatizar a proteção de civis, monitorar e reportar os direitos humanos, auxiliar na assistência humanitária, apoiar as ações do IGAD e prevenir futura violência entre as comunidades, deixando de lado as medidas de *peacebuilding*. Esse posicionamento se manteria até o momento em que as partes chegassem a um acordo de paz.⁸⁴ Assim sendo, o CSNU aprovou a Resolução

2155 (2014), amparada no Capítulo VII, que seguiu essas diretrizes e previu que todos os meios poderiam ser utilizados para cumprir o mandato e que os níveis de uso da força deveriam ser ampliados.⁸⁵

Com os acontecimentos de julho de 2016, o CSNU por meio da Resolução 2304, abordou como principais questões a proteção de civis, a escalada de violência, as violações aos direitos humanos, os obstáculos às ações da UNMISS e dos atores humanitários, o embargo de armas e a formação e implantação da Força de Proteção Regional. O uso de todos os meios necessários também foi mantido.⁸⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Johnson, os eventos violentos no atual conflito no Sudão do Sul se deram por uma mistura de ambição pessoal, frustração com a política e rivalidade étnica.⁸⁷ Para Radon e Logan, apesar das falas que indicam que o elemento étnico seja o causador do conflito, isso ainda é incerto. Com a violência se espalhando para além de Juba, esse fator ganhou relevância, opondo os *Dinkas* aos *Nuers*. Contudo, ele não parece ser intransponível, mas sim resultado de um sistema de patrocínios para com as etnias. Além disso, esse tipo de patrocínio militar é caro, deixando de se utilizarem recursos na construção de instituições, desenvolvimento e serviços públicos. Dessa forma, a culpa não está nas etnias em si, mas nos líderes políticos que fazem uso delas como suas bases de apoio. Pouco também tem sido feito para reintegrar os ex-soldados na vida civil.⁸⁸

Outro item importante são as tensões entre facções do Exército, em que algumas cultivam uma lealdade aos líderes tribais e grupos milicianos mais do que ao país num todo,

pois a identidade nacional ainda está por ser construída.⁸⁹ Soma-se a isso que elite política não parece comprometida com o processo de paz, nem com os esforços para a inclusão e nem para uma unidade nacional. O que se nota é que os líderes não se importam com a população, que fica à deriva e dependente do auxílio internacional.⁹⁰ A situação humanitária piora cada vez mais enquanto a violência continua a ocorrer. O conflito não acaba devido às suas inúmeras e complexas causas e principalmente pela aparente falta de vontade de seus protagonistas.⁹¹

Também para Radon e Logan, a concentração de poder no Presidente por meio da Constituição Transitória e a fragilidade das instituições, incapazes de conter os líderes, ajudam a trazer o conflito à tona.⁹²

Ainda outra questão é o fato de o Sudão do Sul ser o país mais dependente de petróleo do mundo, o que deixa sua economia extremamente vulnerável. Essa tamanha dependência leva o governo a parar de investir em outras áreas, pois sabe que terá a renda do petróleo, independentemente do que realize para a sua população. O governo usa os recursos para ganhos pessoais e não presta contas a ela.⁹³

O acordo de paz de 2015 não significa o começo do fim do conflito, mas se encontra no âmbito das pressões por prestação de contas.⁹⁴ Portanto, a hostilidade parece não estar em vias de acabar. É visível que o *power-sharing* estabelecido pelo CPA não funcionou, levando à crise atual. Tanto Kiir quanto Machar estão sendo acusados de violações contra os direitos humanos, perdendo sua legitimidade como líderes. No entanto, não se pode pensar num rearranjo sem eles.⁹⁵

Destaca-se a importância de se constituir uma boa governança, incluindo questões como sistemas eleitorais e governamentais apropriados, uma real distribuição de poderes, boa gestão fiscal e instituições fortes, abrindo portas para a participação pública.⁹⁶ Deve-se trabalhar então para o desenvolvimento nacional, uma estabilidade a longo prazo e *peacebuilding*.⁹⁷

Pensando em curto prazo, o que aparenta ser necessário é cessar a escalada de violência que está se alastrando pelo país, não permitindo

que violações aos direitos humanos ocorram, facilitando o recebimento das denúncias e punindo os seus perpetradores. Com o atual cenário humanitário, há urgência de medidas para que a ajuda humanitária chegue à população e que as instituições humanitárias possam desenvolver seus trabalhos de maneira segura.

É preciso que ambas as partes estejam dispostas a negociar e buscar meios para alcançar a paz. Dentre os principais problemas perceptíveis no Sudão do Sul estão a forma de governar, a pouca participação da popula-

ção, a baixa qualidade de vida, os interesses pessoais acima dos interesses nacionais, a corrupção e a fragilidade das instituições.

A falta de atendimento às necessidades básicas da população acaba desencadeando o conflito muito mais do que o próprio elemento étnico. O que é preocupante é a maneira com que o governo utiliza a lealdade das etnias para agir, inflamando as rivalidades étnicas. Dessa forma, o conflito no Sudão do Sul é complexo, prolongado e não se percebe a possibilidade de resolvê-lo em curto prazo.



Pessoas chegando ao assentamento de Awerial fugindo do conflito em Bor – Sudão do Sul

¹ Discente do Curso de Relações Internacionais da UNESP – Campus de Marília/SP e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Conflitos Internacionais (GEPICI) e do Observatório de Conflitos Internacionais (OCI).

² GUIMARÃES, Samara Dantas Palmeira. *O Papel do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na Construção do Governo da República do Sudão do Sul: A Atuação do PNUD do Período Pré-Secessão ao Pós-Eleição (2009-2012)*. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

³ VARMA, Anjana. The Creation of South Sudan: Prospects and Challenges. *Observer Research Foundation*, Nova Deli, v. 27, n. 1, p.1-25, nov. 2011.

⁴ GUIMARÃES, op. cit.

⁵ VARMA, op. cit.

⁶ GUIMARÃES, op. cit.

⁷ VARMA, op. cit.

⁸ GUIMARÃES, op. cit.

⁹ ROACH, Steven C. South Sudan: a volatile dynamic of accountability and peace. *International Affairs*, Malden, v. 92, n. 6, p.1343-1359, nov. 2016.

¹⁰ VARMA, op. cit.

¹¹ ROACH, op. cit.

¹² GUIMARÃES, op. cit.

¹³ ROACH, op. cit.

¹⁴ GUIMARÃES, op. cit.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ VARMA, op. cit.

¹⁸ *Nuer e Dinka* eram as maiores etnias do Sudão e lutaram firmemente contra o Norte do país – GUIMARÃES, op. cit.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ ROACH, op. cit.

²¹ Garang era *Dinka*.

²² GUIMARÃES, op. cit.

²³ *Idem*.

²⁴ VARMA; op cit.

²⁵ GUIMARÃES, op. cit.

²⁶ VARMA; op cit.

²⁷ *Idem*. Com o CPA também surgiu a demanda pela negociação com os “outros grupos armados” (OAG, em inglês), compostos por aqueles que não eram parte do SPLA, dentre eles o South Sudan Defense Force (SSDF), Equatoria Defence Force (EDF), South Sudan Liberation Army (SSLA) e People’s Resistance Army (PRA). As lideranças desses grupos foram inseridas no Governo do Sudão do Sul e tiveram que optar por acabar ou se unir ao SPLA ou às SAF. LOKUJI, Alfred Sebit. Beyond the North-South Dichotomy in Sudan: Issues, Actors, and Interests. In: BAREGU, Mwesiga (Ed.). *Understanding Obstacles to Peace: Actors, Interests, and Strategies in Africa’s Great Lakes Region*. Kampala: Fountain Publishers, 2011, p. 170-221.

²⁸ OLIVEIRA, Lucas Kerr de; SILVA, Igor Castellano. Sudão do Sul: novo país, enormes desafios. *Meridiano 47*, Brasília, v. 12, n. 128, p.25-35, nov. 2011.

²⁹ UNITED NATIONS. S/Res/1996. New York, 8 Jul. 2011. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmis/documents/sres1996_2011.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2017.

³⁰ *Power Sharing* seria o conceito sobre a participação de todos os representantes dos grupos importantes para a tomada de decisão política, principalmente no Executivo. Esse “compartilhamento de poder” é utilizado especialmente para governos democráticos em sociedades divididas. LIJPHART, Arend. *Constitutional Design for Divided Societies*. *Journal of Democracy*, Washington, v. 15, n. 2, p.96-109, abr. 2004.

³¹ JOHNSON, Douglas H. The Political Crisis in South Sudan. *African Studies Review*, Cambridge, v. 57, n. 3, p.167-174, dez. 2014.

³² JOHNSON, op. cit. Com a esmagadora vitória do SPLM e diante de inúmeras dificuldades apresentadas durante as eleições, uma vez que o CPA não se voltou a essas questões, surgiram rebeliões. Dentre elas, a iniciada por George Athor, antigo comandante do SPLA, que achou que as eleições foram fraudadas pelo SPLM. Ele então formou o *South Sudan Democratic Movement/Army (SSDM/A)* contra o governo. O líder foi morto, mas seu movimento continuou. Em 2011, alguns meses após a eleição, uma nova rebelião contra o governo começou vinda do *South Sudan Liberation Movement/Army (SSLM/A)*. No entanto, ela não era tão ligada às questões eleitorais. Apesar de não concordar com as eleições passadas e pedir por um governo interino até novas eleições, o grupo buscava vantagens políticas e econômicas, além de estar relacionado a disputas criadas na guerra anterior à independência. Seu líder, Peter Gadet, assinou um acordo de paz com o governo no mesmo ano, mas outros setores do grupo continuaram a atuar até 2013, quando se renderam. BROSCHE, Johan; HÖGLUND, Kristine. Crisis of governance in South Sudan: electoral politics and violence in the world’s newest nation. *Journal of Modern African Studies*, Cambridge, v. 54, n. 1, p.67-90, jan. 2016; SOUTH Sudan rebels: SSLA ‘surrenders’. *BBC*, Londres, 26 abr. 2013. Disponível em: <www.bbc.com/news/world-africa-22316453>. Acesso em: 26 março 2017.

³³ ROACH, op. cit.

³⁴ *Idem*.

³⁵ JOHNSON, op. cit.

³⁶ *Idem*.

³⁷ *Kiir é Dinka*, enquanto Machar é *Nuer*.

³⁸ JOHNSON, op. cit.

³⁹ ROACH, op. cit.

⁴⁰ OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS (OCI). *Informativo Mensal nº 23*. Marília: UNESP, p.1-6, set. 2015.

⁴¹ ROACH, op. cit.

⁴² OCI, op. cit.

⁴³ ROACH, op. cit.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ OCI. *Informativo nº 137*. Marília: UNESP, p.1-10, jul. 2016.

⁴⁶ *Peacekeepers* são os agentes das missões de manutenção de paz (*peacekeeping operations*) da ONU.

⁴⁷ OCI. *Informativo nº 138*. Marília: UNESP, p.1-11, jul. 2016.

⁴⁸ OCI. *Informativo nº 141*. Marília: UNESP, p.1-10, ago. 2016.

⁴⁹ OCI. *Informativo nº 144*. Marília: UNESP, p.1-9, set. 2016.

⁵⁰ A Embaixadora dos Estados Unidos para a ONU na época, Samantha Power, afirmou que um dos motivos que possibilitaram as atrocidades em massa foi a relutância do país para aceitar o aumento da força da UNMISS. OCI. *Informativo nº 156*. Marília: UNESP, p.1-13, nov. 2016

⁵¹ OCI. *Informativo nº 147*. Marília: UNESP, p.1-11, set. 2016.

⁵² OCI. *Informativo nº 148*. Marília: UNESP, p.1-11, set. 2016.

⁵³ OCI. *Informativo nº 151*. Marília: UNESP, p.1-11, out. 2016.

- ⁵⁴ OCI. *Informativo nº 152*. Marília: UNESP, p.1-11, out. 2016.
- ⁵⁵ OCI. *Informativo nº 157*. Marília: UNESP, p.1-11, dez. 2016.
- ⁵⁶ OCI. *Informativo nº 140*. Marília: UNESP, p.1-11, ago. 2016.
- ⁵⁷ OCI. *Informativo nº 152*. Marília: UNESP, p.1-11, out. 2016.
- ⁵⁸ OCI. *Informativo nº 153*. Marília: UNESP, p.1-10, nov. 2016.
- ⁵⁹ OCI. *Informativo nº 163*. Marília: UNESP, p.1-15, fev. 2017.
- ⁶⁰ OCI. *Informativo nº 145*. Marília: UNESP, p.1-10, set. 2016.
- ⁶¹ OCI. *Informativo nº 158*. Marília: UNESP, p.1-12, dez. 2016.
- ⁶² OCI. *Informativo nº 164*. Marília: UNESP, p.1-12, fev. 2017.
- ⁶³ OCI. *Informativo nº 165*. Marília: UNESP, p.1-12, fev. 2017.
- ⁶⁴ Vários outros movimentos/grupos se encontram atuantes (ou ao menos há suposição de que existam) para além das partes principais no Sudão do Sul: *Arrow Boys/South Sudan People's Patriotic Front* (SSPPF); *White Army*; *Federal Democratic Party-South Sudan Armed Forces* (FDP-SSAF); *South Sudan National Movement for Change* (SSNMC); *South Sudan National Liberation Movement* (SSNLM), entre os demais já citados na nota de rodapé número 32.
- ⁶⁵ OCI. *Informativo nº 167*. Marília: UNESP, p.1-10, mar. 2017.
- ⁶⁶ OCI. *Informativo nº 171*. Marília: UNESP, p.1-8, mar. 2017.
- ⁶⁷ MAWADZA, Aquilina; CARCIOTTO, Sergio. South Sudan: A young country divided by civil war. *Scalabrini Institute for Human Mobility in Africa*, Cidade do Cabo, v. 56, n. 7, p.1-17, fev. 2017.
- ⁶⁸ GUIMARÃES, op. cit.
- ⁶⁹ IGAD é uma organização regional composta por oito Estados do leste da África e tem como objetivo trazer e manter a paz, estabilidade e segurança nessa região, com formas de prevenção, gestão e solução de conflitos dentro e entre os países, por meio de discussões. Conta com o apoio da UA, do CSNU e outros atores internacionais. MAWADZA; CARCIOTTO, op. cit.
- ⁷⁰ Idem.
- ⁷¹ MAWADZA; CARCIOTTO, op. cit. Um dos interesses de Uganda é na questão da segurança, uma vez que o grupo LRA utilizou o Sudão do Sul como base. LOKUJI, op. cit.
- ⁷² LOKUJI, op. cit.
- ⁷³ MAWADZA; CARCIOTTO, op. cit.
- ⁷⁴ LOKUJI, op. cit.
- ⁷⁵ MAWADZA; CARCIOTTO, op. cit.
- ⁷⁶ OCI. *Informativo nº 163*. Marília: Unesp, fev. 2017.
- ⁷⁷ JOHNSON, op. cit.
- ⁷⁸ OCI. *Informativo nº 138*. Marília: UNESP, jul. 2016.
- ⁷⁹ OCI. *Informativo nº 168*. Marília: UNESP, mar. 2017.
- ⁸⁰ OCI. *Informativo nº 145*. Marília: UNESP, set. 2016.
- ⁸¹ *Peacebuilding* ou operações de construção da paz são ações a longo prazo visando às causas dos conflitos, consolidando e criando mecanismos de direitos humanos e reconstruindo infraestruturas e instituições, entre outras. AGUILAR, Sérgio. L. C. Operações de paz: novos mandatos e suas implicações para os Países Contribuintes com Tropas. *História e Cultura*, Franca, v.4, n.1, p.254-276, mar. 2015.
- ⁸² UNITED NATIONS, 2011, op. cit.
- ⁸³ UNITED NATIONS. *S/Res/2132*. New York, 24 Dic. 2013. Disponível em: <[www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2132\(2013\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2132(2013))>. Acesso em: 24 abr. 2017.
- ⁸⁴ UNITED NATIONS. *UNMISS Mandate*. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmiss/mandate.shtml>. Acesso em: 24 abr. 2017.
- ⁸⁵ UNITED NATIONS. *S/Res/2155*. New York, 27 May 2014. Disponível em: <[www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2155\(2014\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2155(2014))>. Acesso em: 24 abr. 2017.
- ⁸⁶ UNITED NATIONS. *S/Res/2304*. New York, 12 Aug. 2016. Disponível em: <[www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2304\(2016\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2304(2016))>. Acesso em: 24 abr. 2017.
- ⁸⁷ JOHNSON, op. cit.
- ⁸⁸ RADON, Jenik; LOGAN, Sarah. South Sudan: Governance, Arrangements, War and Peace. *Journal of International Affairs*, Hanover, v. 68, n. 1, p.149-167, nov. 2014.
- ⁸⁹ Idem.
- ⁹⁰ ROACH, op. cit.
- ⁹¹ RADON; LOGAN, op. cit.
- ⁹² Idem.
- ⁹³ Idem.
- ⁹⁴ ROACH, op. cit.
- ⁹⁵ JOHNSON, op. cit.
- ⁹⁶ RADON; LOGAN, op. cit.
- ⁹⁷ ROACH, op. cit.

Série Conflitos Internacionais é editada pelo Observatório de Conflitos Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) - Campus de Marília - SP

Editor: Prof. Dr. Sérgio L. C. Aguilari
Layout: Paula Schwambach Moizes
ISSN: 2359-5809
Comentários para: oci@marilia.unesp.br
Disponível em: www.marilia.unesp.br/#oci

Série Conflitos Internacionais mais recentes:

O conflito na República Centro Africana V. 3, n. 1
Conflito no Iêmen, o caso Huti V. 3, n. 2
Grupos não estatais geradores de conflitos: Síria, Iraque, Somália, Nigéria, Líbia e Mali V. 3, n. 3
Segurança e terrorismo na Europa V. 3, n. 4
O conflito armado em Darfur - Sudão V. 3, n. 5
A Somália e o Al Shabaab V. 3, n. 6
A questão curda V. 4, n. 1